

Educação Escola pública alega falta de recursos e quer cobrar de alunos

23 NOV 1989

BELO HORIZONTE — Por falta de recursos para manter em boas condições de funcionamento o 2º grau profissionalizante, criado há dois anos, a Escola Municipal Santos Dumont, localizada no bairro de Santa Efigênia, Zona Leste desta capital, decidiu cobrar matrícula de Cz\$ 6 mil e mensalidade de Cz\$ 5 mil em 1989, "podendo sofrer reajustes a partir de março", conforme a circular 01/88, de 17 de novembro, assinada pela diretora Maria Carabetti França.

Diretora há 15 anos dessa escola pública, Maria Carabetti França disse que "a situação hoje está mais difícil" e que "infelizmente" precisa pedir ajuda da comunidade para comprar papel e dar manutenção às máquinas de escrever e de calcular do curso de contabilidade, que funciona à noite, com 250 alunos. A secretaria-adjunta de Educação de Belo Horizonte, Juselma Coelho, admite que a secretaria enfrenta dificuldades financeiras, que se refletem na qualidade de ensino, mas lembrou que a nova Constituição "deixa claro que o ensino fundamental é o ensino médio oficiais são gratuitos". Por isso, informaria à diretora Maria Carabetti que ela não poderia cobrar mensalidade em 1989.

— Tenho absoluta certeza de que outras escolas já cobram ou vão cobrar mensalidades, embora ainda não tenham distribuído circulares. Eu apenas tive coragem de ser a primeira diretora a enviar a circular — declarou Maria Carabetti França.

Ela explicou que, para conseguir encerrar o ano letivo, a escola promoveu em novembro duas festas, que arrecadaram cerca de Cz\$ 200 mil cada uma. A mensalidade seria uma forma de substituir essas promoções, segundo a diretora. "Os próprios alunos declararam que preferem pagar a contribuição do que realizar festas e outras promoções", disse Maria Carabetti França, garantindo que o estudante que comprovar que não pode pagar a mensalidade ficará isento.

A secretaria-adjunta, Juselma Coelho, revelou que a Santos Dumont, que tem 2 mil alunos e é considerada uma escola grande na rede pública municipal, recebeu este ano subvenção de apenas Cz\$ 46 mil da Prefeitura de Belo Horizonte. Com esta verba, que corresponde a 23% do que uma festa arrecada, a escola deveria complementar a merenda escolar, comprar papel e estêncil de mimeógrafo para provas e exercícios dos alunos, pagar consertos em instalações hidráulicas e elétricas, adquirir material de laboratório e até giz, que a Secretaria de Educação demorou a distribuir este ano, por falta de verbas.

— Nessa situação econômica difícil é preciso mesmo recorrer à ajuda da comunidade — acabou concordando a secretaria-adjunta de Educação.

JORNAL
DO
BRAZ